



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0180/08	DATA: 18/03/2008
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h36min	DURAÇÃO: 1h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h26min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Ex-Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal — OAB/DF.
JANAÍNA FAUSTINO - Ex-Secretária do ex-Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal — OAB/DF.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há termo ininteligível.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro abertos os trabalhos da 16ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 14ª parte pública e reservada e 15ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Dispensada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa solicita a dispensa.

Dispensada a leitura das atas a pedido do próprio.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para ouvirmos os Srs. Dr. Paulo Roberto Thompson Flores, ex-Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, e Janaína Faustino, ex-Secretária do ex-Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal.

Convido o Dr. Paulo Roberto Thompson Flores a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao expositor será de 10 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para tecer suas considerações, computado neste tempo o prazo para as respostas do expositor.

Com a palavra o Dr. Paulo Roberto Thompson Flores, por até 10 minutos.



O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Srs. Deputados, senhores presentes, eu gostaria de registrar, inicialmente, o meu profundo respeito por esta Casa e, em especial, por esta Comissão, que busca se enfrontar e busca discutir, debater e buscar soluções para um problema que realmente atinge uma parcela significativa das preocupações da sociedade brasileira num Estado democrático, que é justamente a questão da banalização e, eventualmente, dos abusos em termos de grampos telefônicos clandestinos etc. Como advogado militante, de uma maneira particular, entendo que a classe dos advogados é uma das que realmente mais de perto se interessa e acompanha este tema, tendo em vista que muitas vezes, no nosso relacionamento com nossos clientes, podemos, às vezes, estar sendo vítimas de expedientes dessa natureza. Não pretendo abusar do tempo que me foi concedido, e, desde logo, me coloco totalmente à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e que eu possa colaborar, de alguma maneira, com os trabalhos desta ilustre Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para suas considerações, concedo inicialmente a palavra ao Relator, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Paulo Roberto Thompson Flores, esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem apurando como as escutas telefônicas estão ocorrendo em nosso País, tanto as escutas legais como as escutas clandestinas, e como esse processo tem ocorrido.

Chamou a atenção desta Comissão a matéria publicada em diversos jornais locais dando conta de um processo que corre na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, e nessa matéria o que nos chamou a atenção é o fato de que a funcionária da Comissão, a Sra. Janaína Faustino, que seria ex-Secretária da Comissão de Exame de Ordem, a qual V.Sa. me parece que presidia, teria sido procurada para receber oferta de uma delação premiada do Ministério Público. E o que chama a atenção é que, durante a matéria, há uma referência a que uma delegada de polícia, chamada Eneida Taquary, teria feito interceptações telefônicas desses contatos.

Eu gostaria que o Dr. Paulo Roberto primeiro pudesse informar a esta Comissão se a Sra. Janaína trabalhou com ele, como é que foi esse processo e se



ele tem conhecimento de que ela teria sido procurada, instada a fazer a chamada delação premiada, e se tem contatos, se tem informações sobre essa interceptação telefônica executada por essa delegada, Dra. Eneida Taquary.

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Pois não, Excelência. A funcionária Sra. Janaína Faustino trabalhou na Ordem dos Advogados do Brasil como Secretária Executiva da Comissão do Exame de Ordem, que eu presidia. Eu a conhecia já de algum tempo atrás, eis que ela era funcionária também do UniCEUB, onde eu fui diretor da Faculdade de Direito. Ela não era minha funcionária direta, não era a minha secretária, mas trabalhava na Faculdade de Direito, e conhecendo o trabalho dela é que ela foi justamente recomendada para, no turno que não correspondia ao seu horário de trabalho, a prestar sua colaboração no Exame de Ordem. Quanto ao fato em si mesmo, eu tomei conhecimento que realmente havia sido ela procurada por advogados, que buscavam obter dela uma, um depoimento junto ao Ministério Público sob a promessa de que, nesse depoimento, haveria a delação premiada e que, com isso aí, ela poderia se beneficiar, tendo em vista que ela estaria correndo sério risco em relação a processos em andamento relativamente ao Exame de Ordem. E tomei conhecimento que procuraram inclusive sua mãe, em primeiro lugar, e a intimidaram, ameaçando ou dizendo que ela estava sujeita a ser presa a qualquer momento, que havia uma pena de 5 anos, e que a única maneira de ela conseguir livrar-se disso seria prestando a colaboração com o Ministério Público, porque, segundo eles, já estaria inclusive arranjada por eles a oportunidade de lá chegar. Então, tenho conhecimento, sim, de que houve essa procura por parte desses advogados e essa intimidação à Sra. Janaína. Que eu saiba, não houve qualquer interceptação telefônica. Desconheço totalmente qualquer interceptação telefônica que tenha ocorrido em relação a esse evento. O conhecimento que tenho é de que, sentindo-se intimidada e ameaçada, a Sra. Janaína procurou a Polícia, registrou uma ocorrência e, em razão desse boletim de ocorrência e das investigações, foi realizada, por solicitação da autoridade policial, por solicitação da Sra. Janaína e da autoridade policial, a escuta ambiental de diálogos que teriam sido marcados com esses advogados. Mas escuta foi realizada com a concordância da Sra. Janaína. É disso de que eu tenho conhecimento. Desconheço qualquer escuta telefônica.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo Roberto, quem seriam esses advogados que procuraram a Sra. Janaína?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Os advogados que procuraram a Sra. Janaína... Em primeiro lugar, quem procurou sua mãe, na cidade de Formosa, foi o advogado Ulisses Borges Resende, que, por intermédio da mãe, manteve contato com a Sra. Janaína e marcaram um primeiro encontro, onde estava presente também o advogado Guilherme Castelo Branco. E também participou de um outro encontro o advogado Luiz Sabóia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A que o senhor atribui a ação desse advogados no interesse dessa questão? Eles são Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil? Qual seria o móvel que teria levado eles a procurar uma funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil? Evidentemente que, a partir de informações de que teria havido problemas no concurso, e ela estaria sendo investigada, mas o que levou esses 3 profissionais, na sua opinião, o senhor tem alguma informação do que levou esses profissionais a procurarem a Sra. Janaína?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Na minha opinião na questão, o interesse meramente eleitoral de desconformidade com o resultado de uma eleição ocorrida no final de 2006, em que foram derrotados, e que desde lá vêm desempenhando uma atividade constante em termos de procurar desqualificar a atual gestão. E, a partir de um fato objetivo ocorrido, que foi a ocorrência de uma fraude no terceiro exame de Ordem de 2006, que foi detectada e denunciada em primeira mão por mim mesmo, pela diretoria da OAB, a partir desse fato uma série de outras distorções foram sendo cometidas da parte deles, inclusive manipulação de delação premiada, e que mantiveram isso aí como uma questão eleitoral até o presente momento. A meu ver, essa é a única motivação que pode justificar — justificar, não, porque é injustificável o que fizeram, mas explicar o tipo de conduta que vêm adotando.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Francisco Tenório.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Observo informações de que a Sra. Janaína também se encontra neste recinto e seria prudente esses depoimentos serem tomados em separado, até porque ambos vão tratar do mesmo assunto. Então, solicitaria uma providência da Mesa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu considero que a questão do Deputado Tenório é pertinente. Quando nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu gostaria de alertar os Srs. Deputados, segundo nos informa aqui a assessoria desta Comissão, que nós não estamos em convocação para inquirição. Nós estamos em uma audiência pública, para ouvir as pessoas que foram convidadas a aqui comparecer. Então, são duas situações diferentes perante a lei, razão pela qual, em sendo audiência pública, qualquer um pode assistir. E aqui não há o compromisso legal também de se dizer a verdade. Então, obviamente que deliberarei de acordo com aquilo que for a vontade da maioria desta Comissão, mas eu gostaria apenas de colocar essa questão para que trabalhemos dentro da linha de coerência do Direito.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Observa-se nas respostas do declarante, como assim é como convidado, de que está se tratando de fatos delituosos, inclusive com a participação do Ministério Público na manipulação da delação premiada. Dessa forma, sugeriria que se transformasse esta audiência pública em uma sessão deliberativa, e que se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma reservada?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Ou reservada, ou mesmo se transformasse em inquirição, em se tratando do tema e das respostas da maneira como estão sendo proferidas pelo nosso declarante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que poderíamos fazer, porque não foram convocados com o fim de prestar aqui depoimento. Portanto, poderiam até se recusar a isso. Vieram aqui numa determinada condição. O que a Presidência pode fazer é transformar esta reunião em uma reunião reservada e, a partir daí, ouvir as pessoas em caráter reservado, pedindo, então, nesse caso, a



evacuação da sala. Se V.Exas. estiverem de acordo, se não tiver nenhum óbice a essa deliberação, assim o farei.

Então, consulto os Srs. Deputados se estão todos de acordo em que a sessão seja uma sessão reservada. Em sendo uma sessão reservada, aqueles que estão de acordo permaneçam...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, só uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, eu acho que não se faça necessário esta sessão ser sigilosa, porque nós estamos tratando aqui de uma escuta ambiental, e é bem claro que a nossa Comissão Parlamentar tem a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas. Então, estamos tratando aqui de um fato que não é específico da nossa investigação, que é uma escuta ambiental. E acredito que essa escuta ambiental não tem nenhuma radicalização do art. 5º da nossa Constituição Federal, mesmo porque ela foi feita de forma espontânea, me parece. Pela leitura aqui do próprio processo, ela foi feita espontaneamente pela própria vítima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Contradita feita pelo Deputado Laerte Bessa. Mas alguém quer discutir a questão?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Continuo com a opinião anterior. Vejam bem, mesmo sendo uma escuta ambiental, trata-se de clandestina e que relata um fato delituoso. Nós temos duas pessoas no mesmo ambiente que vão tratar do mesmo assunto e, com certeza, quem está em segunda condição vai repetir as respostas, se for conveniente, da primeira. Dessa forma, se a única maneira que nós temos de tomar esses depoimentos em separado é transformando em reservada, que assim se faça. Eu pondero aos Deputados participantes desta sessão que aceitem a transformação desta numa sessão reservada, para que nós tenhamos mais eficiência no nosso trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, nós temos duas posições, uma pela reservada, a outra pela não reservada.

Peço ao Relator que faça a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, primeiro, tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E tendo em vista que V.Exa. é inclusive o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tendo em vista o caráter do convite e da sessão, eu considero que ela deva acontecer com publicidade. Não vejo necessidade de que haja reserva. Nós estamos ainda fazendo a apuração. O Deputado Laerte Bessa traz a esta Comissão uma informação, que é preciso ser confirmada, se apenas houve escutas ambientais ou se houve escutas telefônicas. Mesmo assim, isso não foge ao objeto da Comissão, porque, embora estejamos investigando escutas telefônicas legais e ilegais, há um debate no nosso País hoje sobre a escuta ambiental, que faz parte do processo de interceptação também. Inclusive com o próprio técnico da ABIN que esteve aqui nós acabamos conversando sobre isso.

Eu penso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai dar contribuições não só em relação às interceptações telefônicas, mas nós temos que avançar também para adentrar na discussão dessa matéria, que é a matéria da escuta ambiental, que é uma matéria polêmica, inclusive no plano internacional. Há países que proíbem a escuta ambiental, há países que não proíbem. Há um projeto que está sendo concluído no âmbito do Governo Federal em que, me parece, essa matéria também é abordada.

Não penso que seja de todo prejudicial aos trabalhos desta Comissão que a audiência continue sendo pública, até porque, como já V.Exa. esclareceu, não era minha intenção. Minha intenção era de uma convocação. Mas, embora tenha saído em termos de convite, penso que são contribuições. Se a Comissão mais adiante achar necessário transformar o convite ao Dr. Paulo Roberto ou à Sra. Janaína numa convocação, podemos fazê-lo. Portanto, minha manifestação é pela manutenção da sessão como audiência pública.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa com a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Relator, o caso que hoje é apurado pela Justiça Federal é um caso de fraude, é o principal caso que é apurado hoje pela Justiça Federal. Esse caso que estamos discutindo aqui hoje é um caso secundário, que apareceu posteriormente ao fato principal e que hoje está sendo investigado pela Polícia Civil, e pela decisão da própria delegada que está à frente do inquérito policial ela acha que aconteceu uma contravenção penal de tráfico de influência e perturbação do sossego, que é o caso, que foi o desfecho dessa interceptação ambiental, que, volto a repetir, foi feita pela própria vítima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. A questão, então, está no seguinte ponto: o Relator, que é o autor do requerimento, entende que ela deve ser mantida na forma em que ela se encontra, mas quero saber se o Deputado Tenório concorda com isso. Se não concorda, se transforma a sua manifestação em requerimento. Se transformá-lo em requerimento, eu o colocarei em votação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu transformo a minha manifestação em requerimento e peço que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O.k. Então, aqueles que estão de acordo com o requerimento do Deputado Tenório permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Então, 4 votos a 2. Foi aprovada a manutenção da audiência como ela se encontra, contra o voto dos Deputados Tenório e Mendonça Prado.

Vamos prosseguir com a audiência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo Roberto, o senhor declinou aqui o nome de 3 advogados que teriam interesse nessa apuração para fazer uso, digamos assim, de disputa política. Eu pergunto ao senhor: esse caso, as denúncias de fraudes no concurso que o senhor relatou, ele está sendo apurado por que instância, além da instância administrativa, é claro?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - É, há uma apuração no âmbito da Ordem dos Advogados mesmo e há uma apuração no Ministério Público Federal.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não houve inquérito policial para investigar?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Há na Polícia Federal um inquérito em andamento, que foi promovido por iniciativa da própria Ordem dos Advogados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi o Conselho Seccional que requereu?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Foi o Conselho Seccional.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Requereu a apuração?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - É, através da diretoria do Conselho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a Polícia Federal está apurando e o Ministério Público já está na fase do processo?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Creio que no procedimento administrativo do Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Também. É uma apuração, digamos assim, paralela. E há alguma ingerência da Polícia Civil?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Creio que a Polícia Civil aparece apenas agora, em razão do registro da ocorrência promovida pela Sra. Janaína em razão do tipo de ameaça que ela sentiu. Agora, o âmbito de apuração me parece que é da Polícia Civil, pelo menos num primeiro momento. Ela registrou uma ocorrência por ameaça.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela registrou uma ocorrência na Polícia Civil por ameaça?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que ela teria sido procurada pelos 3 advogados e teria sido oferecido a ela o benefício da delação premiada para que ela pudesse dar informações que, segundo eles, não tinham sido dadas anteriormente?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Basicamente, ao que eu sei, o que foi proposto a ela é que ela se auto-incriminasse e, ao mesmo tempo, ao se auto-incriminar, atribuisse a responsabilidade da sua participação na fraude à



Presidente do Conselho Seccional, Dra. Estefânia Viveiros, e a mim. Esta seria a condição da delação premiada: auto-incriminar-se, atribuindo, no entanto, que fazia isso das ordens da Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Uma vez Dona Janaína contatada, ela se reportou ao senhor ou à Presidente da OAB para relatar o fato deste contato ou desta sugestão?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Depois que ela esteve na polícia registrando a ocorrência, ela manteve contato comigo me dizendo o que havia ocorrido e o que ela havia feito, que era ter registrado a ocorrência, o que eu lhe respondi que achava que ela tinha feito muito bem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, ela esteve primeiro na polícia. Ela foi lá, denunciou que tinha sido contatada, que estava se sentindo ameaçada, registrou essa ocorrência. Depois, ela fez esse registro ao senhor dos fatos. Esse fato foi levado ao conhecimento do Conselho Seccional para que pudesse fazer alguma apuração da ação desses advogados?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Ao que eu tenho conhecimento, e isto está na mídia, houve sessão extraordinária do Conselho Seccional na semana passada, se não me engano, quando a Presidente do Conselho levou ao conhecimento do Conselho os fatos que estavam ocorrendo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o Conselho tomou alguma providência em relação a isso?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sabendo também pelo jornal, o Conselho Pleno deliberou apoiar uma representação da diretoria do Conselho ao Tribunal de Ética contra os 3 advogados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor tem informação se a Polícia Civil instaurou inquérito?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Eu creio que sim. Há um inquérito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem uma declaração aqui da delegada. O Deputado Laerte talvez possa até, na inquisição dele, contribuir melhor, mas tem uma declaração aqui no *Correioweb* da Delegada Eneida Taquary onde ela fala que há indícios, pelo material gravado, de tráfico de influência e perturbação do



sossego. O caso já foi enviado à Justiça Federal. Essa interceptação seria uma interceptação de que natureza? O senhor tem conhecimento de que natureza seria essa interceptação?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - A interceptação, ao que eu sei, foi feita por escuta colocada na Sra. Janaína num encontro marcado com os advogados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, ela esteve na Polícia Civil, fez a denúncia do fato e teria marcado um novo encontro?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Não. Ao que eu saiba, ela vinha sendo insistentemente cobrada pelos advogados para que realizasse um novo encontro — há dezenas de telefonemas registrados dos advogados a ela — e, por orientação da polícia, ela aceitou o encontro e, então, foi feita essa gravação ambiental.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Então, na verdade, quando foi ao encontro dos advogados, ela já estava instrumentalizada pela polícia.

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - No segundo encontro. Que eu saiba, no segundo encontro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, ela já foi com os equipamentos de escuta ambiental para conversar com os advogados?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Ao que eu saiba, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E aí se fez a gravação do conteúdo da conversa. O senhor tem conhecimento do conteúdo dessa conversa?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Tenho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que foi relatado nessa conversa?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Bem, o total dessa conversa, dessa gravação que envolveu dois encontros, chega a quase 3 horas de gravação. Então, há a reiteração do oferecimento da delação premiada, há relatos variados sobre questões políticas da OAB, a manifestação de que a grande motivação era o interesse político. Enfim, há realmente, Sr. Deputado, um elenco enorme de colocações e principalmente, a meu juízo, a impressão que me fica é de uma intensíssima pressão psicológica sobre a Sra. Janaína para que ela acedesse a



essa proposta, a meu ver indecorosa, de fazer uma delação premiada mentirosa. Essa, para mim, é a essência desses depoimentos, dessas gravações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor conhece a Delegada Eneida Taquary?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Conheço, conheço.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual é a relação que o senhor tem com ela?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - A minha relação com a Delegada Eneida é uma relação de diretor de uma faculdade que tem 260 professores e uma dessas professoras.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela é professora do UniCEUB?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - A Profa. Eneida é uma professora, ela é professora do UniCEUB, professora de Direito Penal, assim como também, até bem pouco tempo atrás o advogado Ulisses também era professor lá do UniCEUB.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo Roberto, o senhor sabe qual é a função da Delegada Eneida Taquary?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Desculpe, não...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor sabe qual é a função que a delegada exerce, se ela tem alguma delegacia especializada ou é delegada seccional?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Não. Ela é delegada de uma DP circunscricional.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Dona Janaína também foi funcionária ou é do UniCEUB?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Foi funcionária.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Seria por esse fato delas se conhecerem no UniCEUB que Dona Janaína teria procurado ela para fazer a denúncia?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Acredito que seja bem provável.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pode ter sido?



O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Pode ter sido porque, ela se sentindo ameaçada e intimidada, acredito que seja razoável que ela procurasse uma mulher, uma delegada mulher, e que conhecesse.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o senhor atribui que esse fato pode ter sido o...

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Creio que possa ter sido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que se tem notícia é de que as conversas que foram gravadas foram por interceptações ambientais?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu vou encerrar por aqui, por ora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A lista de inscrição, por favor? Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Thompson, eu queria saber do senhor, fugindo um pouquinho do fato que está sendo investigado, a respeito do fato principal. Eu queria saber do senhor se quando surgiu indício de fraude na OAB, o fato foi comunicado à Polícia Federal de imediato?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Foi. Foi. É, eu diria de imediato, numa seqüência. Quando se teve conhecimento da possível fraude, que foi trazida a meu conhecimento pela Sra. Janaína, e que cons... fraude essa que consistia numa prova que, entregue em branco, teria sido posteriormente preenchida por outra pessoa, esta era a situação, isso foi levado imediatamente, por mim, ao conhecimento da Presidente e da Diretoria da OAB.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi antes, só para interceptar um pouco, foi antes da comunicação da própria Priscila?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Muito antes. A essa altura, não se sabe de nada, apenas um fato concreto de que uma prova pretensamente entregue em branco havia sido preenchida por outra pessoa. A Diretoria da OAB deliberou, antes de denunciar à Polícia Federal, que fosse feita uma perícia para verificar se realmente havia a discrepância de letras nessa prova. Foi contratado um perito, que fez esta perícia, em 2 ou 3 dias apresentou resultado



conclusivo de que as letras não correspondiam. Nesse mesmo dia foi pedida uma audiência à Superintendente da Polícia Federal, Dra. Valquíria, a quem, então, a Diretoria da OAB levou o conhecimento do fato e inclusive já esta situação de que a perícia realizada, embora uma perícia extra-oficial, porque contratada de um perito particular, embora um perito aposentado do Instituto de Criminalística, muito conhecido, mas, é, para que a Polícia Federal investigasse. E foi pedido que investigasse em toda a sua extensão e com toda... Porque a OAB era a maior interessada, realmente, em conhecer toda a extensão e que houvesse a punição necessária aos envolvidos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Perfeito. Só para encerrar, Sr. Presidente, eu queria saber que aconteceu uma declaração da Sra. Priscila, que era examinadora, examinadora das provas da Ordem de Advogados do Brasil aqui, Seção do Distrito Federal; ela era examinadora na área de Direito Penal. Ela fez uma declaração junto a Polícia Federal, onde ela acusa o Dr. Thompson e a própria Presidente da OAB aqui do Distrito Federal como estivesse envolvido nessas fraudes. Eu pergunto ao Dr. Thompson se essa examinadora, Priscila, tinha motivo para envolver V.Sa. e a Presidente da OAB daqui do Distrito Federal?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Eu acho que o motivo que ela tinha foi a situação a que ela foi levada no curso das investigações. Por que o que aconteceu? No andamento das investigações ficou evidente, num primeiro momento, que a fraude, e havia outros casos identificados rapidamente, que envolviam a prova de Direito Penal, e com a mesma característica. É, foi contratado o mesmo perito que fizera a perícia original para fazer então um levantamento nas provas, no conjunto das provas do terceiro exame de 2006 e, depois, retroagindo a exames anteriores. Pois bem, num determinado momento, senão me engano, senão me engano em junho do ano passado, a perícia realizada sobre uma prova, sobre uma dessas provas, constatou que a letra que tinha sido utilizada para preenchimento da prova era letra da Dra. Priscila. Então, passou a haver caracterizadamente a participação dela nessa fraude.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O.k.

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Ela, num primeiro momento, só para lhe esclarecer, para talvez dar, dar conclusão à questão, ela, num



primeiro momento, ela seguiu negando; ela dizia que era uma manipulação nossa para incriminá-la, que não, que não, que ela não tinha nada a ver, que o laudo era forjado. Há manifestações no jornal dizendo que o laudo era forjado; há manifestação, inclusive, de alguns dos advogados que estão presentes neste caso agora falando sobre, que o laudo era forjado, até que chegou um determinado momento em que, não tendo mais ela para onde sair, e nesta gravação aparece, sob indução clara do advogado Luís Sabóia, parente dela, por afinidade, padrinho de casamento, padrinho de batismo etc., ela fez esta delação premiada. Então, é, na verdade... Aliás, delação premiada, me desculpe, é uma imprecisão da minha parte, porque a própria procuradora, e isto está no jornal — foi uma sequência de reportagens, do dia 9 até o dia 13 ou 14 — acho que no dia 9 a própria procuradora, ouvida, diz que não recebeu o depoimento da Dra. Priscila como delação premiada porque, na verdade, ela não conseguira provar absolutamente nada do que dissera. Ela lançou, não só contra mim, Sr. Deputado, e contra a Presidente; ela lançou essas acusações sobre algumas dezenas de pessoas.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há mais algum Deputado que queira fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É só porque eu acho que é preciso ficar bem claro qual é o objeto aqui do nosso interesse. Eu gostaria de saber do Dr. Paulo Roberto se o senhor ajuizou alguma ação contra esses advogados, algum processo, algum...

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sim. Eu tenho, no momento, no momento ajuizado, eu diria não propriamente ajuizado, protocolado no Tribunal da Ética da Seccional do Rio Grande do Sul representações por atitude antiéticas por eles praticadas, e estou preparando outros procedimentos cabíveis.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mais alguma ação de exibição de documentos contra eles?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sim. Eu ajuizei uma ação de exibição de documentos e desisti dela em razão de que ela perde o objeto na



medida que um dos advogados objeto desta ação faz uma escritura pública declaratória num ofício de notas da capital, onde declara o teor daquilo que eu pedia para ser exibido. E, realmente, o que ele mostra não é o que ele dizia, porque o que consta nos jornais é que eles não teriam procurado Janaína. Janaína os havia procurado e que possuíam *e-mails* de Janaína, chamando-os para esse encontro. Então, a ação de exibição de documento foi no sentido de que fossem exibidos esses *e-mails*. Nesse meio tempo, o advogado Guilherme Castelo Branco lavra essa escritura em que mostra que os *e-mails* não eram *e-mails*, eram mensagens de celular, e que, na verdade, o teor dessas mensagens é meramente confirmatório, primeiro porque posteriores. O primeiro encontro deles, quando eles procuram a mãe de Janaína, no dia 11, essas mensagens telefônicas são no dia 13, depois que já tinham ocorridos dois encontros e, nitidamente, de conteúdo confirmatório. Pode marcar para amanhã, no mesmo lugar e mesma hora, o encontro. Então, perdeu o objeto a ação de exibição do documento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, Dr. Paulo Roberto, essa ação de exibição de documentos faria referência a interceptações telefônicas?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Não, não; se referia aos *e-mails*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quer dizer, foram mensagens enviadas por telefone para ela?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Veja bem, Deputado. O que eu tinha era o seguinte: eu li no jornal que os advogados diziam que eles eram vítimas de uma armação, promovida por mim, pela direção da Ordem, e que Janaína é que havia atraído eles para esse encontro, e que tinham *e-mails* que diziam isso. Então, entro com a ação de exibição de documento para que fossem mostrados esses *e-mails* que, afinal, não existiam. Então, eu não tratei nunca de interceptação telefônica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não eram *e-mails*, eram mensagens telefônicas?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Mensagens telefônicas de Janaína para o advogado Guilherme, dizendo, se não me engano: pode marcar, pode confirmar para amanhã o encontro.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essas mensagens não teriam sido objeto de interceptação?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Não. Absolutamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eles usavam esse... Na escritura lavrada em cartório, eles se referiam a essas mensagens como um elemento comprobatório das solicitações dela de conversas?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Acredito que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como se tivesse partido dela a iniciativa de...

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Exatamente. Só que acho que a verdade mostrou o contrário, porque as mensagens são do dia 13, os encontros são do dia 11, a partir do dia 11, e o teor da mensagem é meramente confirmatório para o encontro do dia 14, solicitado por eles.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu ainda gostaria, talvez, de complementar algumas questões, tendo em vista o que vem sendo discutido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. É óbvio que, quando se trata de uma CPI que busca apurar escutas indevidas, ilegais, dentre elas se encontrem inseridas as escutas ambientais que são objeto também de lei que regula esta matéria. Não apenas as interceptações telefônicas, mas a interceptação ambiental, que é uma prática que hoje se encontra presente nas ações de polícia judiciária neste País. Recentemente, inclusive, tivemos um exemplo disso, de uma escuta ambiental decretada por uma Ministra do Superior Tribunal de Justiça em razão de apuração havida no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, no gabinete de um magistrado.

A minha dúvida fica numa questão específica. A Sra. Janaína estava com um dispositivo colocado nela por orientação de alguém para gravar uma determinada conversa? É isso que eu entendi?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Eu creio que seja quase isso. Quer dizer, por solicitação dela e orientação da polícia, ela portava uma escuta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. Então, o meu questionamento é o seguinte: se houve orientação, por parte de autoridade policial



ou por autoridade do Ministério Público, pressuponho eu que não foi uma iniciativa da própria e sim uma ação adredemente preparada por aqueles que são agentes, quer dizer, que são autoridades públicas neste País. É isso?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - V.Exa. está direcionando uma coisa que não existe. Eu acho que quem vai esclarecer melhor isso é a nossa próxima depoente, que é a Janaína, porque a Janaína é que foi a pessoa que fez a escuta telefônica. Ela vai nos dizer se ela foi orientada pela Polícia, se foi a Polícia que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A escuta ambiental.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sim, a escuta ambiental. Ela que fez. Agora, é preciso saber dela se foi a Polícia que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa, eu pediria a V.Exa. que restringisse as suas manifestações ao momento em que V.Exa. for o inquiridor.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu sei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu estou fazendo as minhas inquirições. Não estou direcionando para nada.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu acho que V.Exa. está induzindo uma resposta dele que não é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em primeiro lugar, Dr. Laerte Bessa, eu não induzo ninguém a nada.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas eu estou achando que está induzindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em segundo lugar, eu vou dizer a V.Exa. o seguinte: estou querendo entender o que estamos apurando. O requerimento não é de minha autoria. O requerimento é de autoria do Relator, e eu estou querendo entender onde estamos caminhando. Então, não há aqui direcionamento, não há nada. Estou fazendo questionamentos e gostaria de obter as respostas. Eu gostaria de manter a minha linha, tendo em vista que eu estou presidindo esta sessão.

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sr. Presidente, eu apenas, talvez, não concordasse com o termo de V.Exa. do “adredemente preparado”. A senhora Janaína comunica à Polícia — essa é a minha visão da



questão, posso estar equivocado em relação a isso —, ela comunica à Polícia que se sente ameaçada em razão desta ação intimidatória, direcionada em primeiro lugar em relação a sua própria mãe, numa outra cidade, o que deixou a senhora realmente extremamente abalada. Em razão disso, ela faz uma queixa à Polícia, relata à Polícia que continua sendo fortemente assediada pelos advogados, através de telefonemas e mais telefonemas buscando um novo encontro, e, com base nisso, ela pede a proteção da Polícia em relação a esse fato e marca esse encontro, onde é monitorada. Creio que é essa a questão. Acho que provavelmente não há nada preparado anteriormente. É no desenrolar dos fatos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou lhe dizer qual é a razão do meu questionamento, porque aqui não há direcionamento, não há nada, porque eu não tenho nenhuma opinião preconcebida a respeito da matéria que estamos apurando aqui. Estou querendo entender.

Na minha cabeça, de autoridade policial durante 25 anos, uma coisa é o fato de eu desejar gravar uma determinada conversa enquanto cidadão de uma determinada pessoa que comigo tem uma interlocução, um outro fato é uma autoridade pública, seja ela membro do Ministério Público, seja ela delegado de polícia, recomendar que eu o faça. A partir do momento que uma autoridade pública recomenda que se faça, em função de uma investigação que está em curso, acho que isto é uma escuta ambiental, na minha concepção — não quer dizer que eu esteja certo, não —, e que esta escuta ambiental deveria ser parte de um processo judicial, com autorização por parte da Justiça, para que se fizesse. Isso, no meu entendimento. Não quer dizer que o meu entendimento esteja certo ou errado, mas é o meu entendimento e o manterei desta forma. Por isso desejo entender. Uma coisa sou eu enquanto cidadão, que vou manter uma conversa com uma terceira pessoa, não tenho orientação de quem quer que seja, não há uma investigação em curso, há um desejo meu de preservar a minha pessoa em função de um diálogo; outra coisa é estabelecer, com uma autoridade pública, a necessidade de se buscar uma prova e esta prova não ter sido autorizada pela Justiça, embora não seja uma escuta telefônica, seja chamada uma escuta ambiental. Isso é uma interpretação que faço do Direito. Por isso eu estava tentando entender qual é o processo que estávamos discutindo aqui. É só essa a questão.



Eu vou encerrar e vou passar a palavra a V.Exa., um minutinho só.

Há mais algum esclarecimento que V.Exa. gostaria de prestar?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Sr. Deputado, creio que apenas, talvez, a nível de entendimento também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Lógico.

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - ... o que eu poderia dizer, embora não seja criminalista, mas há jurisprudência maciça do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a escuta, quando autorizada por uma das partes, principalmente sendo ela a vítima, essa escuta é absolutamente lícita. Isso é uma jurisprudência maciça no Supremo Tribunal Federal, a que eu tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acolho muito a lição que V.Exa. traz da questão do Supremo Tribunal Federal, que eu acho que é pertinente e importante. Aí estamos falando das interpretações que o Supremo dá entre a conversação entre duas pessoas, não com o direcionamento dado por autoridades públicas para que aquelas duas pessoas mantivessem a conversa e a conversa viesse a ser gravada. Então, são apenas interpretações. No Direito cabem muitas interpretações, dentre elas a minha e a de V.Exa.

Então, vou passar a palavra agora ao Deputado Mendonça Prado, que pede uma intervenção.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, apenas para fazer uma pergunta: eu gostaria de saber se o dispositivo utilizado para fazer a interceptação, para realizar a gravação, ele foi adquirido pela Janaína? Era um bem de propriedade dela ou era um instrumento colocado à disposição pelas autoridades policiais que fizeram, que a orientaram?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Creio que o equipamento era de propriedade da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Da Polícia Civil?

O SR. PAULO ROBERTO THOMPSON FLORES - Creio que sim.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Pois não, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em nada mais havendo em relação a questionamentos de V.Exa., V.Exa. está dispensado.

Eu convido a Sra. Janaína Faustino a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*



A Sra. Janaína está acompanhada do seu advogado, cuja procuração faço a juntada neste momento, o Dr. Cláudio da Rocha Reis, a quem convido para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Com a palavra a Sra. Janaína Faustino, por até 10 minutos, para suas considerações. Em seguida, passarei a palavra ao Relator.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sr. Presidente, boa tarde. Sr. Relator, Srs. Deputados, eu me coloco à disposição, de imediato, do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator, para suas inquições.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sra. Janaína, boa tarde.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro, eu queria que a senhora fizesse um relato dos fatos em relação ao concurso realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil e o que levou a... Qual a sua participação nesse processo?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bem, desde o primeiro exame de 2005, eu coordenei, do primeiro de 2005 ao primeiro de 2007, os exames da Ordem. Dentre as minhas competências, eu era a responsável pela tramitação das minutas da prova de um examinador para os conselheiros, acompanhava a impressão das provas na gráfica, cuidava de toda a logística do Exame de Ordem, recebia inscrições e secretariava a comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora era secretária da comissão?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a senhora foi envolvida nesse processo por quê? Na denúncia, especificamente.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bem, eu levei a conhecimento do ex-Vice-Presidente da OAB e ex-Presidente do Exame de Ordem a possível fraude, até então, de uma candidata que entregou a prova em branco e, posteriormente, se encontrava lá na OAB para requerer a inscrição originária.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora que detectou a irregularidade.



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, exatamente. Levei a conhecimento dele; ele, por sua vez, à diretoria. E, quando confirmada, através de um perito autônomo, foi levada a conhecimento da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Bom, foi identificado quem poderia ter... Essa prova foi entregue em branco à senhora?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, essa prova...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi entregue em branco ao examinador?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, foi entregue ao coordenador de sala onde a candidata fazia prova.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso. E ele remeteu a quem?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - A mim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Em seguida, eu preparava as provas, fazia o ofício e mandava para os examinadores, que tinham, em média, 20 dias para corrigir as provas e devolver.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender, D. Janaína. Eu sou um examinador, estou na sala de aula, eu recebo uma prova em branco. Eu tenho que encaminhar essa prova para alguém, para que esse alguém que recebe a prova, constatando que ela está em branco, automaticamente desclassificar o candidato. A pessoa entregou essa prova ao examinador?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, entregou ao coordenador de sala.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Coordenador de sala.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Era o coordenador e dois fiscais. O coordenador recebia a prova, guardava em envelope, entregava para mim no final de todo o exame e eu remetia para os examinadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, a prova estava fechada dentro de um envelope.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora não teve acesso à prova?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E encaminhou para examinador.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Para os examinadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, e aí não se sabe se o examinador abriu esse envelope, encontrou essa prova em branco...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O examinador foi identificado?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Foi. Que era da área de penal, e quem era responsável era a Dra. Priscila.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ela foi responsabilizada pelo fato de essa prova ter sido entregue em branco...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim. O que foi constatado pela Polícia Federal e pelo perito autônomo é que a letra que constava na prova da referida candidata não era dela.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Nem foi feito no mesmo momento, porque ela deixou de responder à peça e respondeu às outras questões, que eram cinco questões.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a letra é da pessoa? Também não era?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da pessoa examinada não era?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não. Nem da examinadora, nem da candidata.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Sra. Priscila, ela, então, teria como examinadora, ela teria responsabilidade por essa prova entregue a ela...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e o destino dela.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ela, o quê? Ela deu nota dessa prova?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim, a candidata foi aprovada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A candidata foi aprovada, e ela que corrigiu a prova?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ela alegou o quê? Que recebeu a prova já...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Já em branco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hem?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Assim como ela recebeu realmente. Ela recebeu a prova em branco e, quando essa prova retornou para mim, eu que lançava as notas também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Convido o Deputado Colbert Martins para assumir a Presidência um momento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender, D. Janaína...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim. E quando essa prova...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para eu entender como é o processo. O candidato foi, entregou a prova ao coordenador.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Em branco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O coordenador pegou essa prova, botou dentro de um envelope e remeteu para a senhora.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora, dentro do envelope, não teve acesso à prova.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Eu tinha acesso a todas as provas. Eu separava as provas por área, contava, preparava o ofício e mandava para o examinador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a senhora teve a oportunidade de checar que essa prova estava em branco?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, eu não fazia essa checagem. Nem eu e nem os coordenadores de sala. Não existia esse mecanismo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a prova é colocada dentro de um envelope, é remetida para a senhora...



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e a senhora separa, vê quem é o examinador...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e remete para o examinador.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente. Do jeito que o candidato entregava a gente guardava e mandava para o examinador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o examinador recebeu essa prova em branco?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Em branco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela reconhece que recebeu a prova em branco ou ela já disse que já recebeu a prova já respondida?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, ela não reconhece.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que recebeu a prova em branco.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela disse que recebeu a prova respondida já.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso. Não reconhece fazer parte dessa fraude, sendo que, em seguida, a candidata foi chamada na OAB e, na presença de dois delegados da Polícia Federal, ela contou o que tinha acontecido: que ela havia pago o valor de 20 mil reais para a examinadora, para que fosse respondida a prova posteriormente e, assim, obter a aprovação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, ela acusou a Sra. Priscila da fraude.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Acusou não só a examinadora, mas cinco candidatos, todos da mesma área e da mesma faculdade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E também esses cinco candidatos, eles foram submetidos à verificação da mesma examinadora?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente. Era a mesma área, penal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a apuração caminha nessa direção?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, tudo começou aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, a senhora continua na OAB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora foi dispensada?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Fui demitida em 19 de dezembro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas por que motivo?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bom, pelo relatório, o resultado do relatório da comissão interna, o que eles alegam é que eu faltei com meus deveres profissionais, e me demitiram. Em seguida, em janeiro — eu trabalhava no CEUB há 8 anos —, fui demitida também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Com que argumentação?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sem justa causa, sem maiores explicações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, na OAB, o que foi argüido é que a senhora foi demitida porque...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Faltei com meus deveres profissionais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas foi especificado o que seria isso?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não foi dada nenhuma explicação?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Nenhuma. Depois, eles noticiaram na revista *A Voz do Advogado* que puniram os fraudadores, sendo que a única pessoa que foi punida, até agora, fui eu, com a minha demissão dos meus dois empregos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a Sra. Priscila, ela não era examinadora também? Ela foi...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Era examinadora, mas eu não tenho notícia do que aconteceu com ela.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela era funcionária da OAB também ou era contratada só para esse... Era contratada pela empresa? A OAB terceiriza esse exame?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não. Agora sim, agora é o CESPE, mas na época não. Tinha uma comissão própria.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a Sra. Priscila também é funcionária da OAB? Era funcionária da OAB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Era. Ela fazia parte da banca examinadora. A banca examinadora era composta por nove examinadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela era advogada também?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então ela foi designada...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - ... para elaborar as questões de Direito Penal e corrigir as provas, apreciar os recursos. Essas eram as...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então a senhora se sente injustiçada...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Certamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... porque...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Certamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a senhora, na época, fez alguma manifestação de que estava sentindo-se injustiçada, e por isso, talvez, tenha sido procurada por esses advogados?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A que a senhora atribui ter sido procurada pelo advogado Ulysses Borges de Resende? A repercussão na imprensa?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Talvez pela minha fragilidade do momento, porque fui demitida dos meus dois empregos e ainda continuo desempregada; não só estava como continuo. Para mim foi uma grande surpresa, porque eu tinha recém-chegado de viagem, retornei no domingo, na segunda-feira. Minha mãe me liga lá de Formosa e diz: *"Olha, tem um advogado aqui, está dizendo isso e isso..."* E nesse mesmo dia, na segunda-feira, a gente conversou. Eu aceitei conversar com ele, o Dr. Ulysses. E, chegando lá no local marcado, ele perguntou se eu aceitava conversar com uma segunda pessoa, que era um advogado amigo. Na ocasião foi-me apresentado o Dr. Castelo Branco, Guilherme Castelo Branco. Isso, segunda-



feira. Terça-feira, pela manhã, continuei a receber as ligações, insistindo que eu fosse ao Ministério Público. Não topei. Fui à delegacia, procurei a Dra. Eneida, porque eu conheço desde quando entrei no CEUB. Ela era professora. A primeira pessoa que veio na minha cabeça foi ela mesmo. Cheguei lá e contei para ela: *“Está acontecendo isso, isso e isso”*. E a partir de então eu fui para pedir proteção, lá na delegacia...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora, então, sentiu-se intimidada por esses advogados?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Certamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na primeira abordagem, eles fizeram alguma proposta à senhora?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por que a senhora se sentiu intimidada?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Olha, a proposta era o seguinte: *“Você vai lá no Ministério Público, você vai dizer o que você sabe, que Thompson e Estefânia fraudavam sim, mas através de você, porque você era subordinada, e em troca a gente vai te dar assistência jurídica, toda a assistência jurídica”*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi oferecido algum benefício de delação premiada à senhora?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - E o que eles iam fazer por mim também era traçar um caminho para eu chegar até o Ministério Público e ser beneficiada pela delação premiada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a senhora seria beneficiada pela delação premiada... A senhora foi indiciada no inquérito policial?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então o que a senhora ganharia fazendo uma delação premiada se a senhora não foi indiciada?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Pois é, também não sei, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hem?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não sei lhe dizer, Excelência.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque só é dado o benefício da delação premiada a quem está indiciado, não é? A senhora não foi indiciada no inquérito?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não. Sou investigada pela Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não foi indiciada, não é apontada como partícipe do processo?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não, em momento algum.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O inquérito policial já foi concluído? A senhora sabe dizer?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não está concluído ainda.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não está concluído, não. Bom, aí a senhora se sentiu intimidada, procurou... Alguém orientou a senhora a procurar a Dra. Eneida Taquari?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora a conhecia lá do UniCEUB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Do CEUB, isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí ela ouviu o relato da situação. Ela disse à senhora que faria o quê?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Que, para me proteger, que eu aceitasse o novo encontro — foi na terça-feira —, que ela ia acionar o pessoal da Inteligência da Polícia Civil e eles iam fazer a escuta.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que tipo de escuta?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - A escuta ambiental, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ambiental?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso. Então, os agentes foram à delegacia. Eles foram chamados, foram à delegacia. Os aparelhos que foram usados pertenciam a eles. Um era na minha bolsa e o outro no corpo. E eles que me orientaram. Antes de eu ir para o local marcado, eles orientaram como que utilizava e até mesmo para não falar da minha vida pessoal, me ater quanto a isso.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas aí não foi o pessoal da... porque a Dra. Eneida é delegada circunscricional...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, da 9ª DP.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela é delegada local, ela não é de um departamento especializado. Então ela fez o contato com o pessoal da Inteligência da Polícia, que é o pessoal especializado. Foi quem preparou a escuta ambiental.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela instaurou algum inquérito policial?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sabe me dizer?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora formalizou? Porque o crime de ameaça, o inquérito só pode ser instaurado mediante representação.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A senhora representou?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Representei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Através de advogado?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, eu fui à Delegacia na terça-feira, contei para ela tudo que estava acontecendo. Ela registrou a ocorrência, reduziu as minhas declarações a termo e aí abriu o processo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Abriu o inquérito.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Abriu o inquérito. Então, na verdade, ela estava colhendo a prova...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... para a investigação pelo crime de ameaça, não é isso?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então a senhora teve a conversa com os dois advogados. Qual foi o conteúdo da conversa com eles?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bom, basicamente que em muito em breve o Ministério Público ofereceria a denúncia e que até eles já tinham em seu poder provas que me incriminavam, que eles tinham no escritório, que tinha um papel que tinha a minha letra, que indicava que eu participei da fraude.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, na verdade, eles continuaram insistindo que a senhora desse elementos que pudessem incriminar alguém?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem é que eles queriam?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - E me incriminar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hem?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Me incriminar primeiramente e atribuir também (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem é que eles estavam com intenção de incriminar?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Desculpe, não entendi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eles estavam querendo saber da senhora alguma informação que levasse, digamos assim, a chegar a alguém. É isso? Eu estou entendendo o que a senhora está falando?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E eles chegaram a insinuar quem seriam essas pessoas?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - A Dra. Estefânia e o Dr. Thompson.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Presidenta da Seccional e o Dr. Thompson, que na época era o Vice-Presidente, encarregado... era o responsável...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - ... pela Comissão de Exame.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De Exames.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Toda a indução era nesse sentido?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Hã, hã.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E por que foi considerado como grave pela delegada o depoimento, esse conteúdo dessa interceptação? A senhora sabe dizer?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há uma declaração aqui da delegada, no *Correio Web*, em que ela diz que o conteúdo... “(...)há indícios, pelo material gravado, de tráfico de influência e perturbação do sossego. O caso já foi enviado à Justiça Federal”. Segundo aqui, são declarações atribuídas à Dra. Eneida Taquari. A senhora não...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - O que ela me disse, assim que eu cheguei à delegacia e nós conversamos, foi principalmente pelo desassossego, não é? Pela ousadia de ter ido à casa da minha mãe, em outra cidade, e apavorá-la dizendo que eu ia pegar cinco anos de prisão, porque em breve a denúncia seria ofertada pelo Ministério Público, e que certamente eu seria indiciada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por ora eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Muito obrigado, Sr. Relator.

Respeitando a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Francisco Tenório.

Segundo a relação que tenho, Deputado Laerte Bessa, primeiro é o Deputado Francisco Tenório, depois o Deputado Laerte Bessa e o Deputado Mendonça Prado.

Com a palavra o Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, vou dirigir-me diretamente à Sra. Janaína.

V.Sa. disse que o coordenador de sala recebia as provas no envelope, colocaria em envelope e encaminharia a V.Sa., que encaminharia ao conferente, e depois disse que essa prova estava em branco. Como V.Sa. tomou conhecimento de que a prova estava em branco e que foi preenchida posteriormente?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Através do coordenador de sala. Quando ele viu a candidata lá na OAB requerendo a inscrição originária, ele foi perguntar o que ela estava fazendo ali. Eu respondi que certamente requerendo inscrição originária,



porque o resultado havia saído há poucos dias. E ele me disse: *"Impossível, porque ela entregou a prova em branco"*. Registrei isso e levei a conhecimento do Presidente da Comissão que um funcionário da OAB, que trabalhou como coordenador de sala, me procurou fazendo esse... *(Falha na gravação.)* ... e que, portanto, eu levava ao conhecimento dele para as devidas providências. Em seguida foi para o perito particular. Confirmada a fraude, foi para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Certo. V.Sa. disse também que a prova era entregue ao coordenador de sala em um envelope e que nem ele nem V.Sa. teria como detectar que estava em branco. Como é que depois ele fez esse...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, a prova era entregue para o coordenador de sala. O coordenador colocava num envelope e enviava para mim. O que eles disseram a respeito de ter entregue a prova em branco era quanto à inquietude da candidata durante todo o decorrer da prova. Que ela levantava várias vezes para ir ao *toilette*, que ficava muito impaciente e que eles perceberam que ela não havia preenchido toda a prova.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k. Após a senhora comunicar que foi detectado que esta prova estava em branco e que a candidata considerada aprovada estava ali para fazer a inscrição, qual o procedimento tomado pela OAB a partir daí?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bom, primeiramente a prova dela foi submetida à perícia de um perito autônomo. O perito constatou que a letra não era da mesma pessoa, que na prova dessa candidata tem dois tipos de letras diferentes e que não foram feitas na mesma hora. E em seguida levaram a conhecimento da Polícia Federal. Foi quando foi aberto o inquérito policial.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Aberto o inquérito policial pela Polícia Federal... E V.Sa. me disse que foi demitida do seu emprego? Você falou em dois empregos.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Quais os locais de trabalho que você tinha dois empregos?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Eu trabalhava na OAB e no UniCEUB.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - CEUB é faculdade?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Faculdade, isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E foi demitida dos dois?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Dos dois.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Bom, até aí eu não entendi. V.Sa. teria detectado uma fraude, teria comunicado ao superior e, como prêmio, recebeu a demissão dos dois empregos?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E quem... a pessoa na OAB que teria o poder de aplicar essa punição de demitir e o fez?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Foi o Conselho da OAB, por unanimidade.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Certo. E eu pergunto: V.Sa. acionou a OAB de certa forma, o Conselho, para reaver os seus empregos?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Nem pretende fazer?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Nem pretendo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k. V.Sa. me disse que depois de demitida — não sei se depois ou antes — procurou essa delegada. Como é o nome da delegada?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Eneida, Dra. Eneida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Dra. Eneida?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Ela é uma das professoras do CEUB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E também não faz parte da OAB porque é delegada, mas é uma das professoras do CEUB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E a delegada é que lhe orientou procurar a Polícia Civil, através do Departamento de Inteligência?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, eu procurei a delegada, na 9ª DP, e da delegacia ela acionou o Serviço de Inteligência. Não fui eu que procurei o Serviço de Inteligência, foi a delegada.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - A mesma delegada...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - A mesma delegada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - ... da 9ª DP, que é professora do CEUB?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Certo. O Serviço de Inteligência contatou com a senhora, que por sua vez marcou o segundo encontro, para gravar a conversa.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Depois foi aberto o inquérito policial. Esse inquérito policial foi instaurado após a comprovação do fato?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Isso.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k. Quem instaurou o inquérito foi a 9ª DP ou foi o Serviço de Inteligência?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - A 9ª DP.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Através da própria delegada procurada...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente, Dra. Eneida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k.

Sr. Presidente, Sr. Relator, na realidade esta CPI tem por finalidade apurar a questão do grampo telefônico irregular. A questão da fraude da OAB acho que já está devidamente sendo apurada através da Polícia Federal, em primeiro momento, da Polícia Civil e da própria Comissão da Ordem dos Advogados. Então nós nos detemos aqui em cima da questão da escuta telefônica irregular. Pelo que parece, essa foi a prática adotada pela delegada e pelo Serviço de Inteligência da Polícia Civil, que após praticar irregularidade da escuta telefônica é que instaurou o inquérito. Não teria a autoridade policial a competência para determinar a escuta, principalmente da forma como foi feita. Teria que primeiro se instaurar o inquérito para poder requisitar à Justiça e, se esta determinasse, sim, fazer a escuta; ou se fosse iniciativa própria da declarante de, através de um equipamento próprio, fazer a



gravação, para comprovar a sua própria inocência. Parece-me que o fato não foi esse, e sim o anteriormente narrado.

Dessa forma, eu me dou por satisfeito. Não quero adentrar o mérito da fraude praticada na OAB, até pelas apurações que já estão sendo feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. coloca com muita propriedade que o objeto da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito é justamente este: o da busca da verdade. E que verdade nós buscamos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito? Três objetos já foram definidos por esta Comissão Parlamentar: as escutas legais e a sua forma de utilização, as escutas ilegais, e os equipamentos de escuta. Muitos dos casos são de conhecimento público, mas aquilo que não está nos autos não está no mundo. Portanto, nós precisamos trazer para os autos todas essas modalidades, para que a partir dos casos específicos possamos estudar uma legislação que realmente exerça o seu poder de controle. Daquilo que estamos verificando, há uma verdadeira banalização em nosso País.

Acho que estamos no caminho certo, trazendo todas essas informações tão necessárias, para que no futuro todos nós possamos deliberar de posse do maior número de dados possível. Portanto, muito bem feita a observação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, apenas concluindo — e isto me chamou a atenção agora —, eu gostaria de saber que tipo de equipamento foi utilizado pela Sra. Janaína no momento das escutas.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Foram dois gravadores, e muito... parece um MP3, compridinhos, e com fone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso foi colado no seu corpo? Isso foi...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Um na bolsa e um no corpo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E no corpo como? A senhora poderia explicitar melhor?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Embaixo da blusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi colado no seu corpo?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Foi colado com Durex.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem colou em V.Sa.?



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Os agentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os agentes da...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Da Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Da Polícia Civil?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Laerte Bessa, próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator, porque eu acho que o Relator foi direto ao assunto e percorreu muito bem as suas perguntas. Acho que ele esgotou todo o assunto. O nosso colega Nelson Pellegrino esgotou todo o assunto que nos interessa principalmente. Eu só queria perguntar à Janaína: Janaína, você poderia me dizer como e quem vazou essa escuta para a imprensa?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Você não sabe me dizer quem foi?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não sei.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Como apareceu isso no jornal?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não sabe.

O.k., Sr. Presidente, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aproveitando o questionamento muito próprio do Deputado Laerte Bessa, eu gostaria de saber de V.Sa. quem ficou depositário desta fita que V.Sa. gravou. V.Sa. ficou com uma cópia ou isso foi encaminhado aos policiais que preparam os equipamentos? Quem ficou de posse dessas fitas?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Bom, uma cópia foi encaminhada para o Judiciário, à 10ª Vara; uma cópia para a Procuradora Dra. Ana Carolina Resende; e uma cópia com o perito autônomo a quem eu solicitei a degravação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então V.Sa. ficou com uma e encaminhou ao perito autônomo...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... e as outras duas foram encaminhadas, uma, à autoridade policial e, a outra, ao Ministério Público?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, na verdade, foram feitas três cópias dessas gravações?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Eu estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Apenas para registrar uma dúvida residual, esse equipamento de interceptação, ele foi colocado na bolsa de V.Sa...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e o outro no corpo. Ele emitia alguma frequência para ser escutado em outro local ou era gravação?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, na verdade, era um equipamento que transmitia as conversas que estavam sendo gravadas do outro lado?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não houve a gravação, não tinha um gravador na bolsa de V.Sa.?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era um equipamento capaz de fazer a interceptação e reproduzir o conteúdo das conversas para uma central de recepção da conversa?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E aí essa conversa foi gravada?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a senhora tem conhecimento de que essa conversa foi para os autos do inquérito policial?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O conteúdo dessa conversa foi degravado?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não. Eu tenho conhecimento que não degravado ainda pela autoridade policial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas vazou o conteúdo da conversa?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Mas vazou. Mas não tenho conhecimento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Parte dele foi para a imprensa.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, só para...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu vou deixar o Deputado Mendonça. Depois eu farei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Com o questionamento de V.Exa. veio o desejo de fazer uma indagação: se em algum instante alguma autoridade policial chegou a dizer à senhora mais ou menos assim: *“Não se preocupe porque isso já é uma prática comum da Polícia se utilizar desses instrumentos para ir em busca de uma prova”*.

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - No momento... Antes do encontro, obviamente, eu fiquei muito nervosa e eles me disseram para não ficar nervosa que...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sempre acontece esse...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - É, que eles já participaram de coisas muito piores, assim, na visão deles.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - E sempre gravam as conversas...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - ... da forma como a senhora foi levada a fazer.



A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era somente isso, Sr. Presidente. Primeiro eu queria aqui secundar a declaração do Presidente desta Comissão, que já tinha sido objeto de uma declaração preliminar quanto à questão de ordem do Deputado Tenório. Eu considero que estão no âmbito de apuração desta Comissão Parlamentar de Inquérito as escutas ambientais também, porque eu penso que essa é uma matéria que precisa ser melhor regulamentada pelo Congresso Nacional. Essa é uma matéria polêmica. Eu já tive oportunidade, algumas vezes, de firmar esse pensamento aqui nesta Comissão. É uma matéria polêmica. Há alguns países do mundo que proíbem esse tipo de escuta, porque não há segurança em relação ao manuseio dela. É uma escuta muito fácil de você desviar o objetivo dela.

Portanto, quando fiz o requerimento, os jornais falavam em interceptações. Todas as matérias falavam em interceptações, não especificavam se interceptações telefônicas ou interceptações por meio de escuta ambiental. Mas, mesmo sendo meio de escuta ambiental, é um assunto que não foge ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, como já aqui sustentou o Presidente desta Comissão.

Pelo depoimento da D. Janaína, parece inclusive que essa é uma prática comum aqui no Distrito Federal, pelo que ela relatou aí, a partir de uma declaração de um dos policiais. Portanto eu concordo com o que o Deputado Mendonça Prado falou: não é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito investigar a fraude no exame da OAB. Existe autoridade competente para tal. Não acho que seja o nosso objeto central. Nosso objeto central é saber se foi feita a interceptação telefônica, se foi feita a interceptação ambiental, se houve autorização judicial.

Eu pergunto à senhora, D. Janaína: em algum momento, quando a Dra. Eneida Taquari lhe abordou, a senhora questionou a ela se essa interceptação sem autorização legal ia dar problema? A senhora consultou algum advogado em relação a isso?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quando ela lhe abordou e propôs fazer essa interceptação ambiental, a senhora não ficou em dúvida? Não consultou algum advogado se podia ou não podia fazer isso?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não, não consultei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em algum momento ela falou que não era necessária a autorização judicial para fazer isso?

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Não. Como eu não tenho formação jurídica, não sou advogada, não entendo muita coisa, eu confiei exatamente nela, que era a autoridade policial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então em nenhum momento esse aspecto foi...

A SRA. JANAÍNA FAUSTINO - Questionado? Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não havendo mais nenhum questionamento, V.Sa. está dispensada. Agradeço a presença de V.Sa. nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria de colocar uma questão para deliberação. O Sr. Relator coloca motivo de força maior para não estar aqui amanhã. Nós teríamos uma audiência em que seria ouvido o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. Então eu gostaria de deliberar com o Plenário se nós adiaremos esta reunião de amanhã ou se a manteremos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, apenas para dar a justificativa à Comissão.

Involuntariamente, foi ajuizada a audiência de uma ação em que eu sou autor. É uma audiência de conciliação. Os meus advogados me informam que o não-comparecimento gerará o arquivamento do processo. Então eu não posso me escusar de comparecer a essa audiência. Aliás, diga-se de passagem, como o Judiciário está assoberbado, na eventualidade de eu apresentar uma escusa e essa audiência ser adiada, ela poderá ser postergada para daqui a um ano, e essa ação já foi ajuizada há mais de um ano. Então, há dois motivos: primeiro, pode ser que o



meu não-comparecimento implique a discussão de que não há conciliação ou o arquivamento; e, se a audiência for adiada por minha escusa, ela poderá ser remarcada para daqui a um ano.

É um processo que eu tenho interesse que vá adiante. Foi uma acusação leviana que um jornalista me fez. Eu entrei com uma interpelação contra ele, e ele desmentiu todos os fatos. Mas, mesmo assim, é uma medida pedagógica, até para a gente dar uma contribuição para terem maior responsabilidade alguns segmentos da nossa imprensa. Não estou generalizando, acho que há muito jornalista sério neste País, mas há alguns radialistas... Inclusive esse radialista é candidato a Prefeito de Salvador. Então, portanto, até por uma medida pedagógica, eu faço questão de que essa ação possa ir em frente.

Considero que o depoimento do Presidente da ANATEL é da maior relevância — nós temos sessão marcada só para amanhã na Casa — e penso que nós deveríamos fazê-lo com casa cheia, com Comissão cheia, porque o depoimento é relevante. Portanto, eu procurei V.Exa. e problematizei a minha possível ausência nesse depoimento. Eu gostaria imensamente de estar presente no depoimento do Presidente da ANATEL, portanto eu queria fazer essa justificativa à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Algum encaminhamento contrário à manifestação do Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Não, Sr. Presidente. Em solidariedade ao nosso colega Nelson Pellegrino, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A audiência de amanhã está adiada para a próxima semana.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima semana, para a reunião ordinária, a realizar-se às 14h30min, neste Plenário 9, na terça-feira, para tomada de depoimento do Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, audiência pública com a participação dos Srs. Gilberto Alves e Jarbas José Valente.

Está encerrada a presente reunião.